

DORA
KRAMER

dora.kramer@grupoestado.com.br



Exercício de recreação

Ou bem o Programa Nacional de Direitos Humanos não é nada além de um compêndio de intenções que serve à re-criação de certa esquerda ou o presidente Luiz Inácio da Silva não preside de fato o País.

A primeira hipótese chega a ser reconfortante considerando o caráter aterrador da segunda.

Se Lula assinou sem ler um plano de mais de 500 metas que abre frentes de conflito com Deus e o mundo e, segundo seus defensores, põe o Brasil na rota do futuro; se a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, conforme reza a versão do palácio, não tem nada com isso, é de se perguntar quem se responsabiliza pela tomada de decisões de governo.

Impressiona a naturalidade com que é aceita a premissa de que o governo tenha se proposto a executar um projeto que altera o desenho da Constituição brasileira e reformula a base sob a qual se sustentou o processo de redemocratização, sem que o presidente da República nem sua candidata a presidir a República tivessem conhecimento do pretendido.

Muitos foram os penitentes pelo fato de a imprensa não ter dado a devida atenção ao conteúdo das propostas quando do lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, duas semanas antes de José Casado, do jornal *O Globo*, esquadriñar as 73 páginas do decreto assinado pelo presidente Lula e revelá-lo na íntegra.

A penitência, na verdade, caberia ao governo, por preparar e apresentar à sociedade um plano dessa envergadura sem explicar exatamente do que se tratava.

Na cerimônia de divulgação do programa, o presidente em seu discurso não disse palavra sobre as proposições. Pela conformação do ato e a reação seguinte do ministro da Defesa e dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, contra o que seria o descumprimento de um acerto relativo à criação da Comissão da Verdade para discutir os crimes cometidos durante o regime militar, parecia apenas a insistência (mal conduzida) em tema que meses antes havia provocado polêmica entre os mesmos personagens.

Celeuma esta que o presidente Lula encerrou na base da ordem unida sem dizer qual era sua posição, daquela vez também dando a impressão de que o assunto nascera ou por geração espontânea ou por obra de demandas autônomas de setores do governo. De qualquer forma, ficou patente a ausência de eixo como seria natural de uma ação de governo.

Tão centralizador e “donô” não só de todos os atos, mas também de seus efeitos – quando positivos, bem entendido –, o presidente Lula simplesmente se manteve alheio à essência do assunto. Agora ocorreu o mesmo.

A justificativa apresentada diante de tantas reações negativas foi a de que o Programa de Direitos Humanos é uma versão ampliada de projeto elaborado no governo anterior e que representa “uma construção fundamentada em elementos essenciais para a democracia”, na definição do secretário Paulo Vannuchi.

Pois bem. Se são essenciais, fundamentais, cruciais para a consolidação institucional do País, como é que o presidente Lula não sabia do que se tratava? E por que quando do lançamento do programa não se explicou nem se falou coisa alguma sobre a abrangência do decreto?

Quando é para valer, um projeto que mexe nas atribuições dos Poderes, altera relações, modifica regras, derruba preceitos e estipula novas regras para os mais diversos setores, deve no mínimo ser elaborado de forma consistente, bem negociado mediante articulação com os setores atingidos, a fim de reunir condições para ser executado.

No lugar disso, o que se faz? Monta-se uma cerimônia toda voltada para a ministra Dilma Rousseff estrear o novo visual com um discurso emocionado no papel de vítima da ditadura. Tudo certo, não houvesse, além disso, uma série de propostas de abrangência descomunal que o serviço de comunicação do Planalto achou por bem ignorar. Acabou deixando que assumissem a aparência de contrabando.

As reações contrárias por parte dos que foram pegos de surpresa com decisões que desmontam uma visão de mundo específica, ignorando a pluralidade da sociedade, a natureza da coalizão governamental e até o pacto subjacente ao sentido da *Carta aos Brasileiros*, não poderiam ser diferentes. Isso independentemente do mérito de tão ampla reforma de leis e de procedimentos.

Inclusive porque ao governo já parece importar pouco o destino das propostas, visto que fez seu lance sem combinar com os outros jogadores e já abandona a cena à francesa como de hábito.

A última vez que Lula deixou a esquerda do PT levar adiante sua necessidade de afirmação perante a arquibancada foi na disputa pela presidência da Câmara, em 2005, com a candidatura de Luiz Eduardo Greenhalgh.

Ignorou as condições políticas objetivas e subjetivas, enrolou-se todo e acabou abrindo espaço para a eleição de Severino Cavalcanti. ●

GOVERNO

Planalto deve tirar polêmicas do Plano de Direitos Humanos

Além da difícil aprovação no Congresso, há temor de desgaste para Dilma

Eugênia Lopes
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve retirar pontos polêmicos do Programa Nacional de Direitos Humanos, criticado pelas Forças Armadas, pela Igreja Católica, pela sociedade civil e até por ministros do governo, disse o líder do PT na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP). Para ele, a ideia é amenizar o plano e não enviar projetos de lei ao Congresso, ou deixar de apoiar os já existentes, como a união civil entre pessoas do mesmo sexo, descriminalização do aborto, a revisão da Lei de Anistia e mudança na reintegração de posse em invasões de terra. As medidas fazem parte do programa lançado por Lula na véspera do Natal, mas não têm chances de ser aprovadas este ano pelos parlamentares.

“Dos temas polêmicos, provavelmente só ficará o item que trata da proibição para que os programas de TV e os meios de comunicação façam propaganda racista ou preconceituosa”, afirmou Vaccarezza. A estratégia do governo é tirar o Plano de Direitos Humanos do centro das discussões para que a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, candidata do PT à Presidência, não seja obrigada a se expor. “Esse programa é um erro político e atrapalha a candidatura da ministra Dilma. Quem fez isso não quer que ela ganhe a eleição”, disse ontem o vice-líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (RJ).

“É uma cilada para Dilma porque vai forçá-la a se posicionar sobre temas polêmicos”, emendou o vice-líder do DEM, deputado ACM Neto (BA).

Diante da celeuma provocada pelo plano, o governo estuda a hipótese de nem enviar ao Congresso propostas como a descriminalização do aborto. Pretende ainda pôr fim à polêmica com as Forças Armadas retirando do texto a referência à “repressão política” e esvaziando o revisionismo da Comissão da Verdade, que abriu uma crise com os comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, levando-os a pensar em renunciar, junto com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, no fim do ano passado. “Essa questão cabe a Justiça resolver”, resumiu Vaccarezza.

Para Serra, episódio mostra ‘grande confusão no governo’

O governador de São Paulo, José Serra, apontou ontem “confusão” no governo Lula e não quis dar opinião sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. “Há grande confusão dentro do próprio governo de maneira que vamos ver se o governo elucida bem suas posições e aí, como



FOCO – ‘Medidas não são prioridade de votação’, diz Vaccarezza

‘Todos assinaram’, diz Cassel

... Em mais um sintoma da crise provocada pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, voltou a entrar ontem em rota de colisão com colegas de Esplanada. Ele afirmou que não entende a reação de “setores localizados” ao plano.

Cassel disse que todas as pastas analisaram o texto por quatro meses e todos os ministros assinaram. Ele reagiu à posição do titular da Agricultura, Reinhold Stephanes, que pediu a revisão do trecho referente às invasões de terras. “Todos os ministros assinaram. A informação que eu te-

Segundo ele, a prioridade do governo é aprovação dos projetos do pré-sal. “As medidas do programa não são prioridade de votação neste semestre. Nossa prioridade é o pré-sal”, resumiu o petista. “No momento, não vejo como viabilizar a aprovação de nada porque esse plano foi apresentado de forma ata-

nho é a de que existe uma assinatura do secretário executivo do Ministério da Agricultura”, afirmou, referindo-se a José Geraldo Fontelles.

“Defendo o plano. É correto, especialmente nas questões rurais, pois todas ações induzem a soluções negociadas”, disse Cassel, após solenidade. “Acho que na agricultura existe classe média, alta, baixa. Os setores que se interessam por produção não estão preocupados com isso. Eu não vejo como alguém ainda possa defender violência no campo.” ● MARIÂNGELA GALLUCCI

balhoada”, afirmou o líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP). A terceira versão do Plano de Direitos Humanos prevê mais de 500 medidas em diferentes áreas da vida nacional – de pesca artesanal, conflitos agrários, planos de saúde até o chamado “controle social da mídia”. ●

em São Paulo. Fernando Henrique disse não ser contra a criação da Comissão da Verdade, mas criticou a forma como a discussão foi colocada. “Combinaram uma coisa e fizeram outra.”

“Não se faz isso em política. Não se faz essa confusão, trapalhada”, completou FHC. Ele citou como exemplo bem-sucedido a comissão criada na África do Sul após o apartheid. ●

SILVIA AMORIM e JULIA DUAILIBI

DEFESA

Jobim finaliza análise sobre novos caças

Ministro está lendo relatório técnico e leva parecer a Lula em uma semana

Roberto Godoy

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, vai apresentar em uma semana ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva suas conclusões a respeito da escolha F-X2, do novo caça da aviação militar brasileira. Jobim está lendo o relatório técnico entregue a ele no dia 6. Metódico, faz anotações e pede esclarecimentos – mas não faz comentários, mesmo com interlocutores habituais.

Concorrem, nesta fase final, três caças: o Rafale da francesa Dassault, o Gripen NG, da sueca Saab, e o F-18 Super Hornet, da americana Boeing.

O valor do negócio é estimado entre R\$ 7,7 bilhões e R\$ 10 bilhões, por um lote inicial de 36

aeronaves. A cifra contempla itens fundamentais, como são suprimentos de componentes e peças, treinamento de pessoal técnico, documentação de manutenção, o conjunto eletrônico, conforme o especificado pela Aeronáutica. Parte do preço abrange as tecnologias que o governo brasileiro exige receber como pré-requisito do contrato.

Embora os três finalistas ofereçam a possibilidade de montagem e produção da encomenda no País, apenas o grupo da França detalhou essa parte da proposta. De acordo com o diretor do consórcio Rafale International, Jean-Marc Merialdo, o programa prevê que os seis primeiros caças sejam fabricados integralmente na França, com par-

ticipação de especialistas brasileiros. O sétimo avião será montado no Brasil, com partes vindas das unidades industriais da Dassault. Da oitava unidade em diante a nacionalização dos sistemas será crescente “de acordo com a capacidade de atendimento local às necessidades do processo”, diz Merialdo.

O F-X2 não se esgota no fornecimento da frota inicial, mas se estende até prováveis 120 supersonicos. Nesse caso, e prevendo que haverá necessidade de revitalização tecnológica periódica do grupo inicial, as aquisições futuras preveem a produção no País.

O objetivo é deter autonomia na construção de uma aeronave única para a tarefa de supe-

rioridade aérea, como a preservação do espaço, e de interdição de operações ilícitas. Na prática, significa que toda a frota de combate da aviação militar será substituída até 2025. A aeronave vai substituir os Mirage 2000C/B (desativação começa em 2015), os F-5EM (entram em desmobilização ao longo de 2021) e os caças-bombardeiros leves AMX (por volta de 2023).

O projeto de construção de um supercaça de 5ª geração ainda mais avançado que o F-X2 faz parte de um planejamento de longo prazo da Aeronáutica. ●

Análise

A constituinte do PT

João Bosco
Rabello

O Programa Nacional de Direitos Humanos, tal como concebido, é uma fraude legislativa, mas tem o mérito de descortinar a pauta por trás da improvável Assembleia Constituinte exclusiva que o presidente Lula defende, apartada do contexto parlamentar ordinário.

O conteúdo do programa do Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, não tem a menor chance de ser aprovado pelo Congresso, por isso é um factoide intencional, que reflete o pensamento do PT e de uma esquerda anacrônica sobre todos os temas nacionais de importância estratégica.

Assinado e solenemente lançado pelo presidente da República, dele não se pode dissociar, embora mais uma vez Lula se coloque à margem de uma produção de seu governo. Quando tentou a frustrada parceria da OAB para a tese da Constituinte, o presidente referiu-se à inviabilidade de reformas estruturais com a fragmentação partidária do Congresso Nacional.

Se ele e seus ministros (à exceção de dois) concordaram com a proposta e ela virou decreto, é legítimo interpretá-la como uma pauta de governo. E, por óbvio, que seria avulzada na circunstância de uma Constituinte. Pela diversidade de temas do programa, os direitos humanos estão ali como uma espécie de “cavalo de Troia”, cujo conteúdo é uma plataforma de governo, ou uma miniconstituinte, como se queira. É politicamente desonesto: por decreto, não se institui a gama de medidas ali previstas, sob o rótulo de direitos humanos.

Ele introduz alterações na educação escolar, transformando em doutrina o que o PT entende por direitos humanos, cria tribunal populista para julgar o comportamento da mídia, consolida a invasão de propriedade como critério para a reforma agrária e tira crucifixos de paredes. Ah, sim, e revoga a Lei de Anistia.

Para Vannuchi pouco importa a crise aberta: o que vale é que o decreto é uma porta de saída para uma gestão que pouco fez além de pagar milionárias indenizações a perseguidos pela ditadura, algumas bastante contestáveis. ●

